



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

218



Habeas Corpus nº: 214351-5
Comarca Origem: Recife – 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes
Impetrante: Dante Alighieri de Carvalho Valeriano
Paciente: Leonardo Medeiros de Aquino
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador de Justiça: Nilton de Araújo Barbosa
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PRISÃO EM FLAGRANTE. EXCESSO DE PRAZO. DEMORA NA APRESENTAÇÃO DA DEFESA PRÉVIA. RETARDO DA CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO ATRIBUÍDO À DEFESA. TRÂMITE REGULAR. ALEGAÇÃO DE VÍCIOS NO INQUÉRITO POLICIAL. DEFEITOS QUE NÃO FORAM ABALIZADOS PELO IMPETRANTE. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA ARGÜIÇÃO. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. LEGALIDADE DA PRISÃO EM FLAGRANTE. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

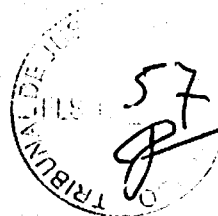
- 1- Não se pode imputar ao Poder Judiciário a demora para a realização do interrogatório do paciente quando a própria defesa não cumpre as diligências que lhe incumbem, no caso dos autos, a apresentação da defesa prévia. Destarte, não pode ser acolhido o argumento de excesso de prazo.
- 2- Eventuais vícios ocorridos na fase investigatória não contaminam o processo criminal, que tem início com o regular recebimento da denúncia, uma vez que os princípios constitucionais que asseguram o contraditório e a ampla defesa não se aplicam ao inquérito, que é mero procedimento administrativo inquisitorial.
- 3- A decisão da autoridade impetrada encontra-se devidamente fundamentada. Não há, portanto, como ser reconhecido o direito à liberdade provisória do paciente, vez que, conforme parágrafo único do art. 310 do CPP, este somente pode ser concedido quando o juiz verificar a inoccorrência de qualquer das hipóteses que autorizam a preventiva, o que não é o caso dos autos.
- 4 - Ordem denegada. Decisão por unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº 214351-5 (2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital), em que figuram, como impetrante, o advogado Dante Alighieri de Carvalho Valeriano e, como paciente, **LEONARDO MEDEIROS DE AQUINO**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em denegar** a ordem do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 02 de junho de 2010.


Des. **Mauro Alencar de Barros**
Relator



Habeas Corpus nº: 214351-5
Comarca Origem: Recife – 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes
Impetrante: Dante Alighieri de Carvalho Valeriano
Paciente: Leonardo Medeiros de Aquino
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador de Justiça: Nilton de Araújo Barbosa
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Cuida-se de **habeas corpus** liberatório impetrado por Dante Alighieri de Carvalho Valeriano em favor de **Leonardo Medeiros de Aquino**, no qual é apontado como autoridade coatora o MM Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital, objetivando, em sede de liminar e no mérito, a concessão de liberdade provisória, com a expedição do competente alvará de soltura.

Sustenta a impetrante que não subsistem razões para manutenção da prisão cautelar, sobretudo porque o inquérito policial apresenta vícios, além de que o paciente é primário e possui bons antecedentes.

Afirma ainda ser evidente o excesso de prazo, uma vez que o paciente está preso desde o dia 13.01.2010 sem que sequer tenha sido designada a audiência de instrução e julgamento.

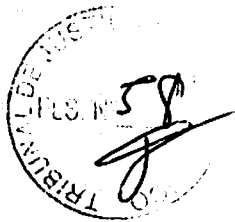
Indeferi o pedido de liminar às fls. 38/39.

Informações da autoridade impetrada às fls. 48.

A Procuradoria de Justiça, através do Parecer acostado às fls. 52/53, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

27



VOTO DO RELATOR

Da análise dos autos infere-se que a paciente está respondendo à acusação pela prática do crime inserto no art. 33, da Lei nº 11.343/2006, art. 16 da Lei 10.826/2003 e art. 333 do Código Penal, tendo sido preso em flagrante delito no dia 13/01/2010. (13.01.2010) *MP*

Não merecem guarida as alegações apresentadas em favor do paciente.

No que concerne ao alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo, tais argumentos não procedem, uma vez que, observando-se o princípio da razoabilidade, resta justificada a demora para o término da instrução criminal, nos termos colacionados pela autoridade apontada como coatora, em seu ofício, de fls. 48.

Ressalte-se que, segundo a magistrada, a demora na designação da audiência de instrução deve ser imputada à própria defesa, que não apresentou a defesa prévia no prazo legal, o que acarretou a nomeação de defensor público ao acusado.

Oferecida a defesa prévia no dia 25.04, foi recebida a denúncia e designada audiência para o dia 21 de julho do ano em curso.

Assim é que não há que se falar em excesso de prazo, porquanto o retardo para o início da instrução foi ocasionado pela própria defesa.

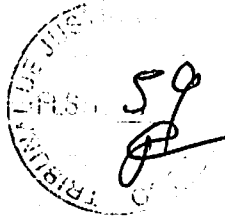
Argumenta o impetrante que há vícios no inquérito policial, sem especificar quais seriam esses defeitos, o que obviamente impede a análise da arguição, muito embora, da análise do inquérito acostado aos autos, não vislumbrei qualquer irregularidade, sequer no tocante à prisão em flagrante.

De qualquer forma, deve-se ressaltar que, com o recebimento da denúncia, perde o objeto qualquer alegação de nulidade relativa ao inquérito policial. Nesse sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

221



HABEAS CORPUS. CRIMES FALIMENTARES. IRREGULARIDADES NA FASE DO INQUÉRITO JUDICIAL QUE NÃO CONTAMINAM A AÇÃO PENAL. DENÚNCIA. FUNDAMENTAÇÃO CONCISA. VALIDADE. AUSÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA.

1. O material coligido no procedimento inquisitório constitui-se em peça meramente informativa, razão pela qual eventuais irregularidades nessa fase não tem o condão de macular a futura ação penal. Precedentes.

Omissis

5. Ordem denegada.

(HC 36.343/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 18/08/2005, DJ 03/10/2005 p. 291)

No que tange ao pedido de liberdade provisória, informou a autoridade impetrada que não havia nos autos sequer pedido de concessão do referido benefício, motivo pelo qual não foi decretada a prisão preventiva do paciente.

Inobstante, verificando o Sistema Judwin, constata-se que, recentemente, o MM Juiz a quo indeferiu o pedido de liberdade provisória formulado pela defesa do paciente, tendo em vista que o mesmo responde a outro feito criminal, na Comarca de Camaragibe, pela prática do crime de roubo, motivo suficiente para a manutenção da prisão cautelar do paciente, como garantia da ordem pública.

Diante do exposto, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, ⁰⁶02 de maio de 2010.

02.06.2010


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator